

**engrossent[ar]** - v. (*en* + *grosso* + *-entar*). → engross[ar]. 'engordurar'. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca en l **grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen l he dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.  
**enhale[ar]** — v. (< de *en* + *alear* [este do lat. *alienare*]<sup>et</sup>.) 'alienar'; 'transferir para outrem a posse ou propriedade de algo'. || CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* aueença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata* + *-mente*). → *enhata* . /*enatho*. 'hediondamente'; 'de maneira repugnante'. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
**ORGANIZADORAS**

# ASCIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**

**engrossent[ar]** - v. (*en + grosso + -entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’.  
|| G [1399/tsla/64vc2]:  
Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amanhã ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca **en l grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.  
**enhale[ar]** — v. (< de *en + alear* [este do lat. *alienare*]<sup>el.</sup>) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’. || CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* aueença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquele que lha alheou ou aaquele que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata + -mente*). → enhata . /enatho. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’.  
[xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
**ORGANIZADORAS**

# ASCIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**



Reitor  
Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora  
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo  
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS  
DELIBERAÇÃO N° 38, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Conselho Editorial  
Rose Mara Pinheiro (presidente)  
Além-Mar Bernardes Gonçalves  
Alessandra Borgo  
Antonio Conceição Paranhos Filho  
Antonio Hilario Aguilera Urquiza  
Delasnieve Miranda Daspert de Souza  
Elisângela de Souza Loureiro  
Elizabeth Aparecida Marques  
Geraldo Alves Damasceno Junior  
Marcelo Fernandes Pereira  
Nalvo Franco de Almeida Jr  
Rosana Cristina Zanelatto Santos  
Ruy Caetano Correa Filho  
Vladimir Oliveira da Silveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)**

---

As ciências do léxico : volume IX : lexicologia, lexicografia, terminologia / Aparecida Negro Isquierdo, Celina Márcia de Souza Abbade, organizadoras. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufms.br>  
Texto em português e espanhol.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-86943-24-5

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. I. Isquierdo, Aparecida Negri. II. Abbade, Celina Márcia de Souza.

CDD (23) 413.028

---

Bibliotecária responsável: Wanderlice da Silva Assis – CRB 1/1279

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
ORGANIZADORAS

# AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**

Campo Grande - MS  
2020

 editora  
**UFMS**

© dos autores:  
(Orgs.) Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica  
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão  
A revisão linguística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos  
para esta edição



**Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS**

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Fone: (67) 3345-7203  
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-24-5  
Versão digital: novembro de 2020.

Às Professoras **Maria Aparecida Barbosa** e **Jeni Silva Turazza** *in memoriam*, como um agradecimento pelas valiosas contribuições deixadas às Ciências do Léxico no Brasil e pelos momentos partilhados nos encontros científicos do GTLex da ANPOLL, fundado em 1986 pela saudosa Maria Aparecida Barbosa.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 9

## PARTE I - LEXICOLOGIA

**Didáctica del *tejido fraseológico* en el ámbito del francés con fines universitarios (FFU)**

Maria Isabel González-Rey ..... 18

**A toponímia de tradição oral: algumas notas**

Matteo Rivoira..... 47

**A renovação lexical na mídia: aspectos linguístico-discursivos das criações vernaculares e dos estrangeirismos**

André Crim Valente..... 68

**Toponímia urbana: um estudo de caso a partir de dados do ATEMS**

Aparecida Negri Isquerdo; Ana Paula Tribesse Patrício Dargel..... 82

**Os signos toponímicos e suas marcas na história da Bahia**

Celina Márcia de Souza Abbade; Clese Mary Prudente Correia ..... 104

**Em busca de esquemas conceituais do *cachorro* e do *cavalo* na fraseologia do português, espanhol e francês: um estudo de *zoomorfismos* com base em dados lexicográficos**

Elizabeth Aparecida Marques..... 121

**Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): resultados de um software pedagógico**

Karylleila dos Santos Andrade; Rodrigo Vieira do Nascimento .....144

**A variação lexical no *Atlas Linguístico do Brasil***

Marcela Moura Torres Paim .....161

**Tendências e perspectivas dos estudos antroponímicos**

Márcia Sipavicius Seide ..... 179

**Repositório de dados digitais: toponímia de Minas Gerais, do setecentos ao oitocentos joanino**

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; Márcia Maria Duarte dos Santos; Amanda Estela Guerra; Maria Dulce de Faria; Antônio Gilberto Costa..... 200

**PARTE II - LEXICOGRAFIA**

**Para uma periodização da Lexicografia em território uruguaio**

Magdalena Coll .....221

**As ideias linguísticas de Juan Carlos Guarnieri**

Ricardo Soca..... 243

**A inserção de equivalentes nas línguas italiana e francesa em um dicionário de português língua estrangeira (PLE)**

Claudia Zavaglia; Adriana Zavaglia..... 253

**O vocabulário da navegação portuguesa no século XVI: o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa (1530 - 1532)**

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa..... 269

**Uma proposta de seleção de contextos para dicionário**

Enilde Faulstich; Michelle Machado de Oliveira Vilarinho..... 285



## **PARTE III - TERMINOLOGIA**

### **Pondo em bons termos os dicionários especializados e os dicionários de língua geral**

Marie-Claude L'Homme; Alain Polguère..... 304

### **Mudanças terminológicas no domínio das certidões de casamento ao longo da história do Brasil: termos que denominam os agentes que celebram os casamentos e expedem as certidões**

Beatriz Curti-Contessoto; Lídia Almeida Barros ..... 329

### **Conservação e restauração de bens móveis em papel: a variação terminológica em textos especializados e de divulgação do Brasil e do Uruguai**

Cleci Bevilacqua.....347

### **Terminologia, conceitos e crianças: revisitando os estudos de Vigotski**

Mariângela de Araújo..... 370

### **Unidades terminológicas complexas, funções lexicais e registro terminográfico**

Sabrina Pereira de Abreu.....382

**OS AUTORES** .....406

**AS ORGANIZADORAS** ..... 419

# TOPONÍMIA DE TRADIÇÃO ORAL: ALGUMAS NOTAS<sup>1</sup>

*Matteo Rivoira*

## INTRODUÇÃO

**N**a Itália, os estudos toponímicos se desenvolveram graças às contribuições de autores como Giovanni Flechia, Graziadio Isaia Ascoli e Silvio Pieri paralelamente ao desenvolvimento da Linguística, caracterizada por uma base científica, de acordo com os cânones comparativos amadurecidos durante o século XIX. Dentre os primeiros trabalhos, deve-se assinalar, em particular, o de Flechia (1871), que estudou os sufixos *-ago*, *-engo*, *-asco* e *-ate* na toponímia da Itália setentrional, observando sua distribuição no espaço e trazendo importantes considerações sobre o povoamento daquela área. A análise foi muito bem avaliada por Ascoli, o pai da Dialetoologia italiana e autor de um estudo (ASCOLI, 1895 [1891]), no qual ele defendia a criação de um dicionário dos nomes de lugares italianos. Pouco tempo depois, o trabalho de Pieri (1898), cujo recorte monográfico se refere a uma área circunscrita e à classificação segundo o significado dos apelativos que o constitui, veio a se tornar modelo a sucessivos estudos análogos.

O escopo da “nova” ciência toponomástica é o de reconstruir o significado dos nomes que se perderam. Tal objetivo foi reafirmado um século depois, nas obras de cunho manualístico de importantes estudio-

---

<sup>1</sup> Texto traduzido para o português por Maryelle Joelma Cordeiro

sos, como Albert Dauzat (1960)<sup>2</sup> e Giovan Battista Pellegrini (1990)<sup>3</sup>. Trata-se de um aporte que encontra sua justificativa, por um lado na constatação de que na maior parte dos casos considerados, os nomes de lugar são desprovidos de significado, a tal ponto que Dauzat (1960, p. 13) chega a sustentar que «les noms de lieux sont stérilisés très vite, vides de leur signification première: leur vie sémantique s'arrête dès leur formation». Por outro lado, há um pensamento bem mais antigo como o defendido por Leibniz (1710, p 1) «omnia nomina quae vocamus propria, aliquando appellativa fuisse»<sup>4</sup>. O estudo diz respeito, portanto, à história desses nomes comuns (ou, mais genericamente, apelativos), que se fixaram no uso - e na documentação escrita - em referência a um lugar, tornando-se opacos com o tempo devido a uma mudança cultural que determinou a sua obsolescência, ou a substituição da língua usada pela comunidade que os havia fixado<sup>5</sup>. A concepção do topônimo como uma mera etiqueta para indicar um lugar é feita, nesse sentido, para ser enquadrada na concepção do nome próprio de grande parte da Linguística e da Filosofia da Linguagem do século XX, que o considerava como um elemento substancialmente extrassistêmico.

## 1. A TOPONÍMIA DE TRADIÇÃO ORAL

Se, todavia, considerarmos o conjunto das denominações de lugares realmente empregadas por uma comunidade em suas interações

---

<sup>2</sup> Para o estudioso francês, o escopo principal, ainda que não seja o único, é aquele de “encontrar a forma primitiva dos nomes de lugar, sua etimologia, seu sentido original” (DAUZAT, 1960, p. 36).

<sup>3</sup> O dever institucional da Toponomástica é, sobretudo, estudar os nomes locais na sua origem e na sua história e indagar sobre a nomenclatura dos objetos (PELLEGRINI, 1990, p. 4).

<sup>4</sup> Tradução nossa: “Os nomes próprios de coisas podem ter sido, em algum momento, apelativos”.

<sup>5</sup> Uma substituição em sentido lato se tem também quando o topônimo é registrado em forma escrita variamente, adaptando-o às regras de um código linguístico diferente (por exemplo, latinizando ou italianizando termos dialetais) ver a seguir.

linguísticas, percebemos que, ao lado de nomes que respeitam essas características, meras etiquetas que indicam um lugar sem mais nenhum significado, há um número indubitavelmente maior que, apesar de “funcionar” da mesma forma com a identificação de uma porção de espaço, apresentam características muito mais articuladas. Trata-se de nomes em sua maioria transparentes, cuja motivação ainda é conhecida ou transmitida e cuja exclusividade relacional com o referente indicado é frequentemente veiculada por meio de referências contextuais implícitas (pense, por exemplo, em casos como a *Escola*, em referência ao único edifício escolar ou o principal de uma comunidade) ou explícitos (é o caso de a *Escola de Luserna Alta*, em que *Luserna Alta* é o nome não oficial de uma parte do território do município de Luserna San Giovanni, na província de Turim)<sup>6</sup>. Tais características assumem um valor estruturante no contexto de comunidades dialetófonas, tradicionalmente com “oralidade prevalente”, onde os nomes verdadeiramente em uso são registrados em documentos escritos de forma ínfima e, sobretudo, não na variedade linguística oral utilizada<sup>7</sup>.

Essas constatações, ainda que banais, permitem identificar possíveis maneiras de superar alguns limites da pesquisa toponímica tradicional, ligadas a uma dupla “restrição” de perspectiva não de todo justificado. Antes de tudo, objeto de estudo da abordagem histórico-reconstrutiva

---

<sup>6</sup> Trata-se de um exemplo talvez excessivamente simplificado, cujo objetivo é só aquele de ilustrar o funcionamento do sistema. Para reflexões mais aprofundadas, é possível encontrar exemplos em Marrapodi (2008).

<sup>7</sup> Como é sabido, na Itália, a única língua usada nos documentos escritos em âmbito administrativo foi por longo tempo o latim. Com o abandono definitivo da língua, por volta do século XVI-XVII, passou-se geralmente ao vulgar na forma toscana, sob a qual se funda o italiano (ou pelo menos uma língua na qual esse modelo se inspirava), salvo casos isolados em áreas de minoria linguística. Até a segunda metade do século XX, também, pode-se dizer que o italiano tenha vivido com os dialetos locais, também descendentes do latim em um regime de rígida diglossia e só sucessivamente se difundiu como língua coloquial. Para um enquadramento da realidade dialetal italiana, faz-se referência a Grassi, Sobrero, Telmon (2006) e Berruto (2012).

são basicamente apenas os nomes de lugares documentados pela escrita. A proeminência atribuída às formas documentais se justifica, obviamente, numa perspectiva filológica: as atestações quanto mais antigas, necessariamente escritas, poderão dar maiores garantias de uma correta interpretação para os nomes de significado obscuro (ou para aqueles que foram submetidos a processos de remotivação paraetimológica), como no caso de grandes cidades como Turim em que por meio de formas como a romana *Augusta Taurinorum*, podemos hipotetizar que por trás do nome da atual cidade esteja aquele dos Taurinos, uma antiga população pré-romana. Esses nomes, todavia, não serão apenas traços isolados que emergem do silêncio: nenhum sistema pode prever o que esses nomes guardam e os modelos culturais de nomeação permanecem, em grande parte, obscuros.

A segunda “restrição” diz respeito ao fato de que o manifesto de estudos, assim delineado, se funda na compreensão do dado toponímico amadurecida no mundo europeu norte ocidental, em que o peso da escrita e do aparato documental da administração tem efetivamente há muito tempo um papel preponderante.<sup>8</sup> Não surpreende, portanto, que as ideias mais interessantes para um alargamento das perspectivas nos estudos onomásticos provenham do âmbito antropológico mais aberto a realidades não-européias e, em particular, das reflexões de Claude Lévi-Strauss (1962), segundo o qual “les noms propre forment [...] la frange d’un système de classification”.<sup>9</sup>

Se então é possível conceber o conjunto dos nomes próprios de uma determinada comunidade, sejam eles antropônimos ou topônimos, como um sistema de classificação, torna-se fundamental identificar as fontes e os métodos mais apropriados para tentar descrevê-los e

---

<sup>8</sup> Sobre este aspecto em particular, ver as críticas formuladas por Prosdocimi (1989) e, sobretudo, por Caprini (2001).

<sup>9</sup> Tradução nossa: “Os nomes próprios formam a trama de um sistema de classificação”.

compreender o seu significado, enquanto um conjunto de relações articulado. Os repertórios deduzidos das cartas - documentos de vários arquivos, escrituras notariais etc. - só servirão em parte ao escopo, seja porque, como dito, sua transmissão seletiva fez com que se tornassem isolados do sistema originário, seja porque são o resultado ambíguo de um conflito entre uma cultura “dominante” e uma “subalterna”. Dessa maneira, a primeira se manifesta por meio de uma linguagem codificada, única opção para usos escritos de valor oficial, enquanto a segunda, em que o sistema toponímico se desenvolveu, exprime-se por meio de códigos sociolinguisticamente mais fracos, que em geral tem seu uso escrito limitado. Os nomes documentados em mapas antigos representam, portanto, precisos testemunhos do passado, mas são também o fruto de uma transposição de um sistema para outro, segundo modalidades que, em parte, permanecem desconhecidas (ou que serão dificilmente reconstruídas, a partir de critérios de seleção) e com um grau de distorção que será impossível descrever completamente, quando não serão o resultado de uma construção “de maneira abstrata” conforme esquemas alheios à formação de nomes de lugares.

## **1.1 A documentação da toponímia de tradição oral**

A única maneira para tentar acessar o saber toponímico em uso na vida cotidiana de uma comunidade e compreender o seu valor semiótico complexo é, portanto, a realização de trabalho de campo, conduzido seguindo uma metodologia voltada a colher o ponto de vista da própria comunidade e a documentar o “sistema” em seu funcionamento. Os geógrafos italianos do início do século XX promoveram, na verdade, coletas no campo do “léxico geográfico”, seguindo um apelo deixado por Cesare Battisti (1899), que preconizava uma coleta sistemática dos apelativos em uso local com o objetivo principal de compreender melhor os fenômenos físicos ou ligados à geografia humana (além de enrique-

cer o léxico geográfico da língua italiana, ainda pobre em terminologia técnico-científica). No entanto, de tais coletas restam listas notáveis de palavras úteis para compreender o conteúdo semântico dos nomes dos lugares, mas não o funcionamento do sistema comunicativo.<sup>10</sup> Nem mesmo as investigações conduzidas para a realização do Mapa Italiano do Instituto Geográfico Militar permitiram avançar na compreensão do fenômeno. Ademais, as interpretações mais criticadas dos nomes coletados em variedades locais por parte de cartógrafos que participaram do levantamento realizado no século XIX e as sucessivas revisões representam ainda hoje um dos melhores exemplos de como, ao mover-se com as melhores intenções, o pesquisador sem uma preparação teórico-metodológica adequada e considerável honestidade intelectual pode distorcer muito os dados. Até hoje, a base de dados toponímicos deduzida a partir dos mapas com escala de 1:25.000 pelo Instituto Geográfico Militar representa o mais vasto repertório de nomes de topônimos italianos, com mais de 728.000 denominações e, todavia, permanece de difícil aproveitamento em perspectiva linguística, em particular para aquelas áreas em que as variedades linguísticas locais são mais distantes do italiano. Em geral, uma má compreensão de algumas realidades linguísticas levou a indevidas transliterações e transformações de nomes em uso local e o uso mais ou menos sistemático para os apelativos standardizados tem favorecido a eliminação das estruturas linguísticas típicas.<sup>11</sup>

Foi apenas a partir dos anos 70 e 80 do século XX, que na Itália foram realizadas coletas sistemáticas de nomes de lugares: na Lombardia

---

<sup>10</sup> Além disso, deve ser reconhecido que, do ponto de vista teórico, a reflexão sobre o objeto de estudo é guiada pela opinião, obviamente autorizada, de Ascoli escrita por Giuseppe Ricchieri (cfr. RICCHIERI; RINELLI, 1901, p. 369) que afirma o seguinte: «As coleções de termos geográficos também podem ter alguma utilidade para o estudo dos nomes locais, mas não podem entrar e fazer parte da Toponomástica. Entre *esta* e *aquela* existe a diferença que passa entre nomes comuns e nomes próprios».

<sup>11</sup> Outras contribuições virão dos primeiros guias turísticos, particularmente em regiões alpinas, frequentemente precedidas por glossários de termos geográficos (cf. por ex. MARTELLI; VACCARONE, 1889).

com o l' *Inventario dei toponimi valtelinesi e valchiavennaschi* (ITVV); no Piemonte, com o *Atlante Toponomastico del Piemonte Montano* (ATPM); no Trentino, com o *Dizionario Toponomastico Trentino* (DTT); no Valle d'Aosta com l' *Enquête toponymique en Vallée d'Aoste*, para mencionar os projetos que deram maiores resultados.

Na verdade, ao ler os objetivos estabelecidos pelos vários projetos, surge uma elaboração teórica e metodológica relativamente contida: o objetivo é documentar o maior número de topônimos tradicionais, expressão de um conhecimento que está aparecendo menos. Substancialmente, a abordagem é aquela da primeira Dialetologia, movida por uma intenção genericamente antiquada, destinada a coletar as manifestações mais “autênticas” possíveis, sem prestar atenção excessiva ao seu real funcionamento em sincronia. O informante ideal é um homem de idade avançada, dedicado às atividades tradicionais (GHIA, 2017). O material coletado, no entanto, é indubitavelmente precioso e nos permite vislumbrar os elementos que caracterizam os sistemas toponímicos da tradição oral.

O trabalho italiano que definirá com maior clareza as possibilidades de um estudo do patrimônio toponímico oral *iuxta propria principia* é a monografia dedicada à toponímia de Orbasco, uma pequena área dos Apeninos da Ligúria, na província de Savona, obra de Giorgio Marrapodi (2006). Neste trabalho, o estudo tradicional da etimologia dos nomes próprios e dos apelativos que os compõem é acompanhado por uma análise profunda das formas e conteúdos desse sistema, considerados em conjunto com aquele, por certos aspectos paralelos, da antroponímia popular da comunidade orbasca.

Alguns dos aspectos analisados por Marrapodi (2006) têm oferecido a oportunidade para o trabalho de outros estudiosos sobre diversos repertórios toponímicos, delineando novos “percursos de leitura” dos dados.



## 2. A TOPONÍMIA COMO SISTEMA

Para tentar agora uma definição mais detalhada dos elementos que contribuem para caracterizar o repertório toponímico usado na oralidade de uma determinada comunidade - em parte já mencionado nos parágrafos anteriores - teremos como base os dados coletados pelo Atlas Toponímico do Piemonte Montano, uma das mais produtivas iniciativas de pesquisa toponímica ativas na Itália.<sup>12</sup>

### 2.2 A consistência do repertório

A primeira observação diz respeito à densidade da rede toponímica analisada: os nomes registrados por meio de pesquisas de campo são muito mais relevantes do que aqueles que podem ser encontrados nos diferentes tipos de documentos disponíveis em relação ao mesmo território. Casos de estudo, como aqueles analisados por Rivoira (2012) que consideram o repertório do pequeno município montanhês de Rorà, investigado seguindo os métodos do Atlas<sup>13</sup>, mostram como a diferença também pode ser muito importante: nesse caso específico, foram coletados 70 nomes nos mapas do Instituto Geográfico Militar<sup>14</sup> e 160 outros foram recuperados a partir da consulta de registros do século XVIII, enquanto os nomes coletados na pesquisa de campo que se estendeu de 1999 a 2003 foram 916<sup>15</sup>. Isso significa que, para uma dada comunidade, existem muitos lugares que têm relevância de algum tipo e é inevitável

---

<sup>12</sup> Para uma apresentação de fácil acesso, veja o site do projeto <[www.atpmtoponimi.it](http://www.atpmtoponimi.it)>, última consulta em dezembro de 2017.

<sup>13</sup> Cf. ATPM 23.

<sup>14</sup> Um confronto estendido a todo o banco de dados do ATPM, assim como era constituído em 2016, permitiu identificar 6.170 nomes nos mapas IGM em relação às 71.000 denominações coletadas mediante investigações de campo.

<sup>15</sup> A área do objeto de pesquisa coincide com o território municipal e se estende por 12,26 km<sup>2</sup>.

que haja um processo de seleção operado por vários motivos pelos cartógrafos (limitados a reportar no mapa somente uma transcrição do nome) e cadastradores, exclui que podem ser relevantes através das consultas de fontes documentárias habituais.

Nesse caso específico, se entrarmos detalhadamente na contagem dos nomes dos lugares, será evidenciado como os 916 nomes coletados por meio de entrevistas de campo referem-se, na realidade, a apenas 803 lugares, ou seja, 99 deles são nomeados com mais de uma variante. As variantes documentadas são substancialmente de dois tipos principais: de um lado aquelas atribuídas a variedades linguísticas diferentes, (italiano e dialeto: ex *lë Fuzine - le Fucine*)<sup>16</sup>, ou morfológicas (exemplo, de gênero: *i Moulouire, masculino plural - lë Moulouire, feminino plural*). Do outro lado denominações diferentes ligadas ao contexto comunicativo (*l'ë-Scola - l'ë-Scola 'd Rumê*) 'a escola de (Rumê)' ou difundidas em grupos sociais residentes em áreas diferentes do município (*lou Vir di Roù*) 'o gancho de cabelo dos carvalhos' - *lou Vir Aout* 'o gancho de cabelo (colocado em) alto'). A documentação da variação linguística foi favorecida neste caso pela adoção de um protocolo de pesquisa que prevê a coleta de eventuais variantes e outras denominações, mas seu escopo foi muito provavelmente subestimado em relação à realidade, uma vez que, de acordo com o sistema geral de pesquisa, a documentação das denominações dialetais era muito favorecida (pouquíssimos são, de fato, apenas os nomes em italiano). Nos lugares, em que, no entanto, a pesquisa levou sistematicamente em conta todas as denominações realmente em uso - incluindo as denominações italianas e aquelas caracterizadas, pelo menos em um nível superficial, por um estatuto de ocasionalidade - a variação é muito mais relevante e é possível identificá-la, não só em referência à mudança de língua e meio de comunicação, no contexto ou (micro) geográfico, mas também ao eixo de variação diageracional e, pelo menos

---

<sup>16</sup> Os exemplos, salvo aqueles de indicação diferente, foram extraídos da pesquisa realizada em Rorà (To), (ATPM 23).

em parte, diastrático (os dois últimos coincidem frequentemente). Isto é o que emerge, em particular, da pesquisa realizada por Alberto Ghia (2015) em Azzano, um município piemontês na província de Asti. Nesse caso, o estudioso foi capaz de documentar substancialmente diferentes repertórios entre informantes de gerações diferentes, embora pertencentes ao mesmo grupo familiar (GHIA, 2015, p. 175 e seguintes): além de nomes diferentes para os mesmos locais (com variações atribuíveis à substituição de língua, uso de material lexical diferente ou a uma pronúncia de termos dialetais não correspondentes à norma), o que emerge claramente é também o fato de que existem diferentes lugares nomeados e, portanto, a relação com o território é diferente<sup>17</sup>.

A consistência do repertório toponímico ou, melhor, sua densidade em relação à extensão do território considerado está intimamente ligada às modalidades de assentamento humano, de exploração do campo e de gestão da propriedade: no Piemonte montano é de fato difundido um modelo de assentamento baseado em vilas e aldeias de residência principal (ou permanentes por parte da população), às quais se unem um número relativamente elevado de núcleos de habitação menores e um sistema de estações de pastagens (geralmente duas, elevadas em diferentes altitudes); a propriedade é fortemente fragmentada<sup>18</sup>. Tal modelo

---

<sup>17</sup> Essas observações permitem observar, com uma luz diferente, as avaliações sobre a competência toponímica, em particular, aquelas apresentadas por Pons (2013), Cusan e Rivoira (2015b), Scala (2015) das quais surge um sistemático esgotamento dos conhecimentos toponímicos com o avançar das gerações: tais estudos de fato documentam a fragilidade da toponomástica dialetal tradicional, frequentemente relativa a lugares em parte abandonados, como ocorre em algumas zonas dos Alpes, em particular ocidentais, todavia, porque os repertórios sob os quais são conduzidos os testes de competência coletam, principalmente, senão exclusivamente, denominações dialetais tradicionais, que não nos dizem nada com relação à possibilidade de que sejam empregados novos nomes, \*não correspondentes às características requeridas na fase de coleta.

<sup>18</sup> Este é um dos fatores que determinou a impossibilidade de fazer frutificar a agricultura além de uma mera economia de subsistência hoje superada. Em tempos passados, poder dispor de terrenos colocados em níveis diferentes também revelar-se uma vantagem para a gestão dos cultivos que atingiam o amadurecimento em tempos diferentes.

implica uma presença capilar e contínua sobre o território e um acesso a recursos difusos, todos feitos que se repercutem em um processo de identificação de lugares principais e sua nomeação como capilar. Como bem evidencia Angela Castiglione (2014, p. 359), em realidades diferentes, como, por exemplo, aquela siciliana por ela estudada, fortemente marcada pelo latifúndio mesmo em tempos relativamente recentes, as coisas podem se apresentar em modo muito diferente.

### 2.3 Estruturas recorrentes

O repertório estudado por Marrapodi (2006), Cusan (2009), Rivoira (2012), Scala (2015), fruto de pesquisa desenvolvida de acordo com modalidade substancialmente análoga e em contextos sociolinguísticos e territoriais comparáveis, além de ser muito rico do ponto de vista quantitativo, permitem destacar um item à primeira vista paradoxal: um grande número de nomes de lugares, cuja função principal permanece a de identificar um local específico, é criado a partir de um inventário restrito de termos, variadamente sufixados ou inseridos em sintagmas complexos (poderíamos assim ter a partir do apelativo *barma* ‘abrigo sob a rocha’, topônimos como *la Barma*, *le Barmëtte* (dim.), *lè Barmëtasse* (dim., pegg.), *lou Barmarot* (dim.), ou mesmo *Barma Tai* ‘o reparo sob a rocha (do) corte’, *la Barma dar Moutoun* ‘o abrigo sob a rocha do ariete’, etc.). Marrapodi (2006, p. 36) considera esses dois mecanismos como reais “expedientes linguísticos” para evitar a homonímia, com a tarefa adicional, com relação aos sufixos, de “suporte mnemotécnico” (p. 42). É, porém, difícil postular uma tal racionalidade do sistema, embora inconsciente, capaz de se manifestar no ato da atribuição de um nome. Mais provavelmente, a eficácia em reduzir homonímia, potencialmente recorrentes, em contextos semelhantes, juntamente com a facilitação do caractere mnemotécnico, poderá favorecer o “sucesso” de uma denominação, vale dizer, antes de tudo, a sua socialização e transmissão no interior de um grupo. A escolha de empregar termos recorrentes

será de fato a de imputar à função classificatória de denominações de lugar explicitadas no ato onomatúrgico: banalizando o procedimento, poderíamos hipotetizar que um “bosque” seja antes de identificado como *bosque* e uma rocha como *rocha*, então, se o contexto assim o exigir, numa fase sucessiva (no processo lógico abstratamente reconstruído) serão adicionados elementos que contribuem para caracterizar o local indicado, referindo-se às características do próprio local como peculiaridades morfológicas (a rocha vermelha) ou pedológicos (a rocha de cal) ou ligadas à presença de espécies particulares (o bosque dos *laburnos*), ou também o estabelecimento de relações externas ao próprio local, como a vizinhança a um outro lugar conhecido. Os sufixos podem desempenhar neste sentido um papel importante, pois reduzem as homonímias, veiculando informações precisas com relação à posição relativa dos lugares<sup>19</sup>.

A presença dessas relações é uma das características que nos permite reconhecer estruturas internas ao repertório toponímico de uma comunidade e, portanto, sua dimensão sistêmica. Segundo a fórmula sugestiva de Lévi-Strauss (1962, p. 222), “L’espace est une société de lieux-dits”<sup>20</sup>, isto é, os lugares também são identificados e definidos com base nas relações que a comunidade estabelece entre eles. Moldovanu (2010, p. 18) propõe o conceito de campo toponímico para identificar os âmbitos de adensamento da rede de relações: o campo é definido pelo conjunto de topônimos *secundários* ou *derivados* de um topônimo “principal”, inclusive nas denominações secundárias<sup>21</sup>. Mais genericamente, Scala (2015,

---

<sup>19</sup> A questão é tratada, com referência a dados piemonteses, em Rivoira (2009; 2012), Cusan (2014), mas já foi relevada em âmbito francês por Fabre (1980, p. 112).

<sup>20</sup> Tradução nossa “O espaço é uma sociedade de lugares ditos”.

<sup>21</sup> Considere um dos exemplos mencionados em Cusan; Rivoira (2015, p. 33) extraídos da investigação ATPM 25: top. princ. *laz Arâ*, top. derivados: *lâ Mianda 'd laz Arâ* ‘os chalés de *laz Arâ*, *li Champ 'd laz Arâ* ‘os campos de *laz Arâ*, *lou Col 'd laz Arâ* ‘a colina de *laz Arâ* e *lou Bâl Vêlh 'd laz Arâ* ‘o baile velho de *laz Arâ*’.

p. 5) fala de um *cluster* toponímico e em Cusan e Rivoira (2015a, p. 33), limita-se a definir esses topônimos “seriais”. Efetivamente, se há sentido falar de *topônimo secundário*, mesmo porque para formar um nome como *lì Champ 'd laz Arâ* se deve saber o nome *laz Arâ*, menos pertinente que a definição de *topônimo derivado*, que evoca um movimento descendente do topônimo principal, onde pode até haver um movimento inverso, segundo o qual o topônimo secundário “remonta” ao principal para contextualizar a relação de dependência do local indicado.

## 2.4 A transparência semântica dos topônimos

Como foi repetidamente destacado<sup>22</sup>, um dos elementos que contribuem para caracterizar o repertório toponímico utilizado em determinada comunidade no nível oral é a transparência semântica dos signos. Em outras palavras, os topônimos são compostos de categorias gramaticais comuns (nomes, adjetivos, advérbios, artigos e preposições, às vezes verbos) retiradas do repertório léxico da variedade linguística em uso<sup>23</sup>. Isso significa que alguns dos elementos que compõem a denominação têm significado para aqueles que principalmente os usam<sup>24</sup>. A taxa de “transparência” do sistema foi verificada nos estudos mencionados de acordo com diversos critérios, com resultados que convergem essencialmente em porcentagens de transparência muito elevadas (os resultados oscilam entre uma transparência de 84% a 94% das palavras completas), diferente do que poderíamos obter limitando-nos a considerar repertório-

---

<sup>22</sup> Marrapodi (2006), Cusan (2009), Rivoira (2012; 2013), Scala (2015).

<sup>23</sup> Como já evidenciado, na realidade italiana a toponímia “tradicional” é substancialmente expressa nos dialetos ou nas línguas de minoria tradicionalmente faladas no território do objeto de investigação. O papel do italiano se torna preponderante somente nos usos escritos (onde podem ser recorrentes topônimos traduzidos ou variadamente italianizados, reconduzidos, isto é, mais ou menos orgânicos às estruturas morfofonéticas do italiano).

<sup>24</sup> Trata-se evidentemente de uma simplificação que não leva em consideração, por exemplo, a redução da taxa de dialetofonia em ato e, mais geralmente, a perda de competências linguísticas, pela qual termos cujo significado é conhecido pelos mais velhos podem ser hoje opacos para os jovens, que ainda continuam a empregá-los.

rios toponímicos documentados por fontes escritas.

Na realidade, a questão do “significado dos topônimos” é complexa e nem sempre fácil de tratar, exatamente porque os nomes de lugares são “nomes próprios” e, como tais, dizem respeito a um único indivíduo (mesmo quando o termo utilizado é comum, como *a altura*, e seja atribuído a lugares diferentes, limitações relacionadas ao contexto social e territorial da comunicação irão garantir que *a altura*, por antonomásia, seja aquela e só aquela). Em um esquema matricial de Saussure (1983 [1922], p. 139 e ss.), portanto, a segunda face do sinal toponímico é o “significado” do(s) termo(s) lexical(is) empregado(s) no topônimo, enquanto a ligação com o referente é expressa em termos da motivação que justifica a escolha de tais apelativos para nomear/classificar um determinado lugar. Tal relação poderá ser expressa por meio de referências “externas”, lembradas mediante referência a outro topônimo. Esse esquema geral prevê algumas diferentes tipologias diversas de realização, sem, por isso, adentrar-se em um exame atento das teorias relacionadas à semântica de nomes próprios, tentamos identificar algumas tipologias, a partir dos exemplos à nossa disposição<sup>25</sup>:

(a1) o topônimo é composto por material linguístico ainda em uso: *La Fountana* ‘a fonte’; *Coumba* ‘depressão’; *lou Jas* ‘o lugar onde o gado repousa’; *lou Nais* ‘o macerador’; *Roca Bruta* ‘pedra feia’; *lê Roque Migirine* ‘as rochas em forma de barbela’. A singularidade da relação que liga o sinal toponímico ao lugar é assegurada pelo contexto nos três primeiros exemplos, em que a fonte, o pasto e o macerador são únicos ou os mais representativos entre os presentes; nos últimos dois exemplos, por uma especificação que se refere a uma característica da rocha ou a algum episódio esquecido. O processo de nomeação e suas motivações (salvo casos particulares) ainda estão disponíveis: uma fonte ser chamada de fonte

---

<sup>25</sup> Os esquemas ilustrados aqui em seguida se sobrepõem a grandes linhas como aquelas apresentadas por Scala (2015, p. 114 e ss.).

etc. O artigo determinativo singular contribui para sua identificação por antonomásia. Naturalmente, nem todos os termos são tão comuns, se *Fountana*, *brute* e *rouca* são conhecidos por todos os dialetófonos, *ajs* só poderia ser conhecido como ‘feno’, e não no sentido de ‘local de cochilo do gado’, que é o que justifica seu uso na toponímia; além disso *nais* poderia ser completamente desconhecido, uma vez que o processamento de cânhamo (maceração é uma das etapas necessárias para extrair a fibra) foi abandonado na área de montanha em torno dos anos 30 do século XX. *Migirine*, por sua vez, é um adjetivo derivado do substantivo *migirin* ‘*bargigli*’, (pele sob o bico de algumas aves) um termo que pode ser considerado em obsolescência com o progressivo desaparecimento de animais de fazenda. Imperceptivelmente, pode-se dizer, que acaba no caso (b). Dentro do breve elenco, no entanto, temos casos como *Coumba* e *Roca Bruta*, onde a ausência do artigo parece indicar um status especial do termo ou do construto toponímico.

(a2) o topônimo é composto de material linguístico ainda em uso e por referências a topônimos (cujo significado pode ou não ser conhecido): o *Fourneizèt’i Fournais* (= os fornos) (dim.)’, onde o valor diminutivo correlaciona-se com a posição no nível inferior do lugar indicado, *la Roca dar Nais* ‘a rocha dos Nais. Estamos no âmbito do campo toponímico ou dos *clusters* toponímicos.

(a3) o topônimo é composto de material linguístico ainda em uso, mas o processo de denominação não está mais disponível aos falantes e é desconhecida a motivação que levou à definição do topônimo: *lê Fuzine* ‘as forjas’; *lou Macheiroun* ‘a pilha de feno’; *La Roca di Luot* ‘a rocha dos filhotes de lobos’; *la Mouiasa Daré* ‘o pântano de trás’; no primeiro caso, podemos intuir que existiram algumas forjas (mas o motivo que justifica o uso antonomástico do termo não é mais conhecido); no segundo, podemos supor que as pilhas de feno durante a colheita fossem feitas nessa localidade, mas, na realidade, também era uma prática comum em



muitas outras (e não é justificável uma possível referência metafórica à morfologia do solo); no terceiro, é fácil imaginar que os filhotes foram vistos uma ou mais ocasiões, ou talvez encontrados mortos, mas não há maneira de ter certeza: o lobo apesar de ter reaparecido nas últimas décadas, fora extinto nesses lugares no século XIX; finalmente, no último caso, a referência dêitica não é mais corretamente decodificável, já que não é conhecido nem o ponto de vista (embora nas montanhas o que “fica atrás” seja geralmente o monte e, inversamente, o que “fica à frente” seja o vale ), nem o eixo de referência.

(b) O topônimo é composto de material linguístico que se tornou opaco e não se conhece o valor do apelativo original (a não ser que seja reconstruído através do processo de escavação linguística e comparação diatópica) e, menos ainda, a motivação que justifica a atribuição do nome: ex. *Grasireunha*, *i Moulouire*. Como antecipado em (a1) a passagem de um tipo (a) ao tipo (b) pode ser variadamente obscuro: na verdade existem de fato casos de vocábulos em fase de obsolescência, cujos significados podem ser conhecidos para os mais velhos, casos de opacidade semântica indubitável, mas repetidos em séries bastante substanciais, índice de uma ampla difusão passada do termo (que talvez ainda possa ser transparentes em outros contextos territoriais)<sup>26</sup>, ou podemos ter casos realmente isolados. São, obviamente, os topônimos dentro do tipo (b) que chamam principalmente a atenção do toponimista interessado na identificação do apelativo (obviamente na reconstrução de seu significado original) empregado no ato de nomeação original. O estudo de base reconstrutiva, como é conhecido, também pode revelar casos de paraetimologia que em nossa casuística poderiam facilmente cair no tipo (a2) ou até mesmo no tipo (a1); em outra perspectiva, até mesmo o significado atribuído depois de um processo paraetimológico apresenta uma certa importância

---

<sup>26</sup> É o caso, por exemplo, de *biacha/blacha* estudado em Rivoira (2016, p. 265 e ss.): o termo conserva aqui e lá o valor de ‘bosque de talhadia’ agora esquecido em alguns contextos, em que também o termo se torna muito produtivo na toponímia.

(atribuir um significado, ainda que errado, é o caminho para trazer completamente de volta o signo toponímico a pleno uso em um sistema). A tendência para se motivar nada mais é do que uma confirmação do fato de que a “normalidade”, no fim das contas, é constituída por um sistema “transparente” e “motivado”.

Em resumo, podemos afirmar, portanto, que o repertório toponímico de uma comunidade é constituído por um léxico comum que, em um número significativo de casos, ainda é vital e está em uso; graças à transparência semântica da maioria dos termos usados na toponímia, o inventário pode funcionar como um sistema de classificação do espaço vivido, através da seleção e nomeação das principais características dos locais identificados e por meio da clarificação das relações entre os diferentes lugares mencionados. Esse processo de escolha e nomeação é ainda muitas vezes reconstruível com facilidade e, em todo caso, disponível para a comunidade que continua a usar topônimos tradicionais que se tornam instrumento para perpetuar a memória de eventos, reais ou míticos, que substanciam a memória coletiva (desde os acontecimentos históricos ocorridos em determinados lugares, até as pessoas vividas no passado, ou até à “presença” dos seres que povoam o imaginário: fadas, elfos, espíritos etc.).

O estudo de extensos repertórios toponímicos como os coletados pelo ATPM, ou mesmo a análise profunda de uma única comunidade, permite identificar os principais critérios de classificação do território. A partir das análises realizadas até agora na região do Piemonte Montano, emerge uma certa propensão pela escolha, como uma característica saliente, de um lugar da (geo)morfologia (RIVOIRA 2012, p. 119; 2013, p. 98). É, porém, provavelmente uma característica ligada ao contexto específico territorial montano, tanto que uma excelente coleta conduzida de acordo com critérios semelhantes aos do ATPM, na cidade piemontesa de Marene (Cn) (ver RACCA, 2015-2016), mostra o contrário: a au-

sência quase total de referências a conformações geomorfológicamente relevantes. Em segundo lugar, o que se pode observar é que as categorias empregadas para classificar o espaço são substancialmente inspiradas por uma visão econômica, no sentido de que se relacionam a lugares de produção - principalmente agrícola (campos, prados etc.), mas também artesanal (forjas, moinhos etc.) e protoindustrial (serrarias, mineradoras etc.) - e, naturalmente, os lugares de assentamento humano, residencial ou público (somente em poucos casos não foram coletados nomes de lugares onde havia habitações). No *corpus* considerado, apenas um número muito restrito de nomes está vinculado a crenças diversas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações feitas até agora, apesar de derivadas dos materiais do ATPM<sup>27</sup> e, portanto, inevitavelmente ligadas a um território muito particular, caracterizado por elementos de homogeneidade (contexto montano, povoamento disperso, economia tradicional baseada principalmente na agricultura e pastorícia de subsistência), permitem destacar em geral o interesse das coletas de toponímia de tradição oral.

A riqueza de dados acessíveis, suas peculiaridades estruturais e o notável grau de transparência semântica (nos termos supracitados) considerados também à luz do processo de opacificação, que não envolve da mesma maneira todos os nomes de lugares, permitem de fato não apenas estudar um sistema semiótico em seu funcionamento (e, de certa forma, em sua formação), mas também integrar essas denominações obscuras e antigas cuja transmissão foi confiada além da memória coletiva a documentos, formulando hipóteses interpretativas e reconstrutivas mais realistas.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>27</sup> Os exemplos mencionados, ainda que provenham de poucas investigações, foram obviamente escolhidos pela sua valência geral.

AASCOLI, G. I. Per la Toponomastica italiana. **Supplementi periodici all'Archivio Glottologico Italiano**, Milano, III, p. 97-104, 1895 [1891].

**ATPM = ATLANTE TOPONOMASTICO DEL PIEMONTE MONTANO**  
Rorà. 23. Torino: Levrotto & Bella, 2003; Pramollo. 25. Torino: Il leone verde, 2005.

BATTISTI, C. Intorno ad una raccolta di termini locali attinenti ai fenomeni fisici ed antropogeografici da iniziarsi nelle singole regioni dialettali d'Italia. In: **Atti del Terzo Congresso Geografico Italiano (Firenze 12-17 aprile 1898)**. II. Firenze: Ricci, 1899, p. 348-362.

BERRUTO, G. **Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo**. Roma: Carocci, 2012.

CAPRINI, R. **Nomi propri**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2001.

CASTIGLIONE, A. Per una nuova toponomastica siciliana. **Bollettino Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani**, Palermo, p. 301-355, 2014.

CUSAN, F. La designazione dello spazio vissuto. Analisi strutturale del sistema toponimico della comunità massellina (Val Germanasca, Piemonte), **Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano**, Torino, III Serie, n. 33, p. 97-117, 2009.

CUSAN, F. Specie di spazi. Le reti toponimiche tra nodi, margini, confini e riferimenti. In: CUGNO, F.; MANTOVANI, L.; RIVOIRA, M.; SPECCHIA M. S. (a c. di), **Studi linguistici in onore di Lorenzo Massobrio**. Torino: Istituto dell'Atlante Linguistico Italiano, 2014.

CUSAN, F.; RIVOIRA, M.. Conoscere i nomi, conoscere i luoghi: dinamiche di trasmissione dei saperi toponimici. In: PORCELLANA, V.; GRETTER, A.; ZANINI, R. C. (a c. di) **Alpi in mutamento: Continuità e discontinuità nella trasmissione delle risorse in area alpina**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015a, p. 97-127.

CUSAN, F.; RIVOIRA, M., La toponomastica nel progetto CLAPIE. **Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano**, Torino, III Serie, n. 39, p. 25-39, 2015b.

DAUZAT, A. **La toponymie française**. Paris: Payot, 1960.

FABRE, P. **L'affluence hydronymique de la rive droite du Rhône. Essai de micro-hydronymie**. Avignon: Publication du Centre d'Études Occitanes, Université Paul Valéry, 1980.

FLECHIA, G. **Di alcune forme de' nomi locali dell'Italia Superiore: dissertazione linguistica**. Torino: Memorie della Reale Accademia delle scienze di Torino, 1871.

GHIA, A. Varietistica e toponomastica: alcune ipotesi di lavoro. In: Benedetto Mas, P. et alii (a c. di) **L'abisso saussureano e la costruzione delle varietà linguistiche**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015, p. 167-182.

GHIA, A. La raccolta di toponimi di tradizione orale: riflessioni sulla scelta degli informatori. In: LUBELLO, S. (a c. di), **In fieri. Ricerche di linguistica italiana (Atti della I giornata dell'ASLI per i dottorandi, 26-27 novembre 2015, Firenze Accademia della Crusca)**, Firenze: Franco Cesati Editore, 2017, p. 167-180.

GRASSI, C.; SOBRERO, A. e TELMON T. **Introduzione alla dialettologia italiana**. Roma/Bari: Laterza, 2006.

LEIBNIZ, G.W. (von) Brevis designation meditationum de Originibus Gentium, ductis potissimum ex indicio linguarum. In: **Miscellanea Berolinensia ad incrementum scientiarum I**, Berlin: Papen, 1710, p. 1-16.

LEVI-STRAUSS, C. **La pensée sauvage**. Paris: Plon, 1962.

MARRAPODI, G. Teoria e prassi dei sistemi onimici popolari. La comunità orbasca (Appennino Ligure centrale) e i suoi nomi propri. **Quaderni della Rivista Italiana di Onomastica**. Roma: Società editrice romana, 2006.

MARRAPODI, G. L'oralité dans les systèmes onymiques. In: **L'onomastique gallo-romane alpine (Actes de la Conférence Annuelle du Centre d'Études Francoprovençales "René Willien" – Saint-Nicolas 15-16 décembre 2007)**, Aosta: Région autonome de la Vallée d'Aoste, 2008, p. 7-15.

MARTELLI, A. E.; VACCARONE, L. **Guida delle Alpi occidentali**. 3 voll. Bologna: Libreria alpina, 1889.

MOLDOVANU, D. **Teoria câmpurilor toponimice (cu aplicație la Câmpul Hidronimului Moldova)**. Iași: Editura Universității Alexandru Ioan Cuza, 2010.

PELLEGRINI, G. B. **Toponomastica italiana**. Milano: Hoepli, 1990.

PIERI, S. Toponomastica delle valli del Serchio e della Lima, **Supplementi dell'Archivio Glottologico Italiano**, Milano, n. 5, p. 1-242, 1898.

PONS, A. La compétence des noms de lieux comme clé pour lire la perception de l'espace des habitants de Villar Perosa, **Géolinguistique**, Grenoble, n. 14, p. 35-56, 2013.

PROSDOCIMI, A. Appunti per una teoria del nome proprio. In: AVANZINI, A. (a c. di) **Problemi di onomastica semitica meridionale**. Pisa: Giardini, 1989, p. 15-70.

RICCHIERI, G.; MARINELLI, O. Toponomastica e nomenclatura topografica dialettale, **Rivista Geografica Italiana**, Firenze, n. VIII, p. 369-374, 1901.

RIVOIRA, M. L'Atlante Toponomastico del Piemonte Montano (ATPM): Principes, méthodes et résultats. **Géolinguistique**, Grenoble, n. 11, p. 29-49, 2009.

RIVOIRA, M. Classer l'espace: le patrimoine toponymique oral d'une communauté de la Vallée du Péliis: Rorà (Piémont – Italie). In: DALLA BERNARDINA, S. (dir.) **Analyse culturelle du paysage: le paysage comme enjeu (135e Congrès des sociétés historiques et scientifiques - Neuchâtel, 2010)**. Paris: Éditions du CTHS, 2012, p. 113-125.

RIVOIRA, M. Système onymique et signification: le cas de la Coumba di Charbouni dans la Vallée du Pellice (Piémont). In: BOUVIER, J.-C. **Le nom propre a-t-il un sens? Les noms propres dans les espaces méditerranéens (XVe Colloque international d'onomastique, Aix-en-Provence 9-11 juin 2010)**. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, p. 93-104, 2013.

RIVOIRA, M. Note sulla toponimia di tradizione orale in margine alle ricerche dell'Atlante Toponomastico del Piemonte Montano (ATPM). In: DEL PUENTE, P. (a c. di) **Dialetti per parlare e parlarne (Atti del Convegno internazionale di studi Progetto ALBa. Potenza 5-7 ottobre 2014)**. Potenza: Osanna Edizioni, 2016, p. 259-271.

RACCA, S. **Microtoponimia orale a Marene: denominare lo spazio comunitario**. a.a. 2015-2016, 172 p. (tesi di laurea magistrale), Scuola di scienze umanistiche, Università di Torino, 2015-2016.

SCALA, A. **Toponimia orale della comunità di Carisolo (alta Val Rendena). Materiali e analisi**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015.

SAUSSURE, F. **Corso di linguistica generale**. Bari-Roma: Laterza, 1983 [trad. di Cours de linguistique générale, Paris, Editions Payot 1922].